

# 6 Estratégia visa alta de 5% no PIB

O perfil da economia brasileira para 1986 já está, segundo os economistas da Fazenda, desenhado a partir da estratégia estabelecida pelo ministro Dilson Fumaro para negociar com os credores internacionais a dívida externa. O parâmetro básico dessa estratégia é a manutenção de um crescimento do Produto Interno Bruto de 5 por cento.

**PREÇOS** — São fortes os argumentos em favor de um novo choque para congelá-los por um período entre 90 e 120 dias. Dependerá, porém, de um acerto político. Caso não haja o retorno temporário do congelamento, hipótese que os economistas da Fazenda não admitem descartar, para vencer o realimentador da inflação que retornou na economia, isto é, a correção monetária, a regra básica de controle ficará por conta do Conselho Interministerial de Preços (CIP), que acompanhará a evolução dos preços industriais, enquanto os demais ficarão liberados sob fiscalização da Sunab.

**SALARIOS** — Caso sejam novamente congelados temporariamente os preços, os salários receberão um abono correspondente ao aumento da inflação durante o período de realinhamento e também serão congelados. Não vingando o congelamento, a regra básica será a manutenção do gatilho salarial. Pelos cálculos dos economistas oficiais, com inflação inercial de 10 a 12 por cento ao mês, o reajuste de salário passará a ser trimestral, o que será suportável, pelo menos enquanto a economia estiver livre do período de um eventual choque de oferta — juros externos, câmbio, seca, inundação, greves prolongadas, recessão etc.

**JUROS** — As taxas de juros serão exclusivamente pós-fixadas. Desta forma, o Governo espera conter a especulação antes potencial das taxas prefixadas, quando o rendimento era calculado com base numa inflação previamente acertada contratualmente. Agora, o rendimento será calculado com base na inflação efetivamente ocorrida e não imaginada. O risco de desacertos da economia, porém, não elimina a possibilidade de oscilação das taxas, principalmente se a inflação não for efetivamente controlada.

**CÂMBIO** — A política cambial será calculada de acordo com a variação da inflação mais a variação da cesta de moedas internacionais. Os exportadores, porém, reclamam de uma defasagem de 10 por cento em relação à inflação interna e reivindicam uma desvalorização mais rápida do cruzado, pelo menos durante dois meses seguintes. O Governo descarta a maxidesvalorização, mas poderá acelerar as mini-desvalorizações acrescidas de estímulos às exportações via redução de impostos de juros, entre outros.

**Saldo Comercial** — A previsão para 1987 é de um superávit na balança comercial de 7,8 bilhões de dólares, sendo 1,8 bilhão no primeiro semestre e 6 bilhões de dólares no segundo semestre. Para equilibrar o balanço de pagamentos, será necessário garantir empréstimos externos entre 4,5 bilhões e 5 bilhões de dólares. Paralelamente aos incentivos às exportações, em estudo, o Governo trabalha para reduzir as importações em cerca de 2 bilhões em relação ao que se importou no ano passado. O teto para as importações este ano será de 9 a 10

bilhões de dólares contra 12,8 bilhões em 1986.

**JUROS EXTERNOS** — Dependerá do resultado da negociação com os credores o montante a ser pago pelo Brasil em juros da dívida. Nos últimos cinco anos foram transferidos, a título de pagamento de juros, entre 4,5 e 5 por cento do PIB, mas o Governo, pressionado pela escassez de reservas e queda no comércio internacional, pretende transferir apenas o correspondente a 2,5 por cento do PIB ou ainda um percentual das exportações (não ficou definido que percentual) ou ainda negociar a capitalização dos juros, isto é, pagar uma parcela do total dos juros jogando o restante para o principal a ser negociado com prazo entre 16 e 20 anos, como se cogita nos estudos elaborados pelos técnicos.

**TARIFAS PÚBLICAS** — Deverão ser reais. Deverão. Mas, tradicionalmente, as tarifas públicas se mantiveram irreais sob o argumento de combate à inflação. Por exemplo, para manter uma rentabilidade de 10 por cento para o setor elétrico seria necessário um reajuste de 100 por cento, no mínimo, o que, evidentemente, não ocorrerá. O Governo, entretanto, pretende manter os reajustes das tarifas públicas em níveis perto do real para viabilizar o esquema de investimento público através do Fundo Nacional de Desenvolvimento que, para ter sucesso, dependerá da boa saúde financeira das empresas estatais.

Será através da negociação de suas ações que arrecadará recursos para investir. Se as ações não se valorizarem devido a uma performance comprometedora

por parte de uma arrecadação insuficiente, as ações perdem valor.

**INVESTIMENTO** — Novamente a demanda global da economia deverá ser puxada pelos investimentos estatais, em 1987. Em 1986, através do Plano Cruzeiro, o Governo tentou estimular os investimentos produtivos privados, reduzindo a taxa de juros para reduzir a especulação financeira. A resposta do setor privado foi insuficiente. Não foi a produção privada além da capacidade ociosa já existente desde o final da década de 70. Prevendo a falta de resposta do setor privado ao desafio dos investimentos, argumentam os economistas da Fazenda, foi que se criaram os empréstimos compulsórios sobre a gasolina, as viagens internacionais e as vendas de automóveis, em julho do ano passado. O total arrecadado até dezembro foi de Cr\$ 31 bilhões e o previsto para ser arrecadado este ano é de Cr\$ 120 bilhões. Os recursos serão investidos nos setores de base da economia: siderurgia, energia, transportes e indústria, via BNDES, a juros de 6 a 10 por cento ao ano mais a variação das Letras do Banco Central (LBCs). Ou seja, o Governo criará condições especialíssimas para transferir recursos ao setor privado, a exemplo do que aconteceu na década de 70 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no governo Geisel.

O perigo maior que afetará os planos do FND poderá ser uma eventual recessão. Não haveria arrecadação suficiente, via empréstimos compulsórios, para investir nos setores de base. Esse receio está presente nas avaliações dos técnicos oficiais.